

A VIOLÊNCIA URBANA E O PAPEL DA MÍDIA NA CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Marilena Ristum²

Ana Cecília de Sousa Bastos

FFCH - Universidade Federal da Bahia

Resumo: A comunicação promovida pela mídia, de grande penetração no cotidiano social, tem assumido crescente relevância na construção da consciência dos indivíduos, o que torna importante a sua postura na veiculação da violência. Sua influência sobre a violência nas escolas é exercida pela exposição de cenas de violência, propagandas que promovem o consumismo e programas que valorizam padrões de vida de nível sócio-econômico elevado. Objetivou-se identificar o conceito de professoras de ensino fundamental sobre o papel da mídia em relação à violência e comparar professores de escolas públicas e particulares quanto a este conceito. As professoras foram submetidas a uma entrevista semi-estruturada sobre a violência. As respostas permitiram estabelecer categorias capazes de distinguir, na visão das professoras, os diferentes papéis desempenhados pela imprensa: informativo, informativo-preventivo, iatrogênico, ambivalente e banalizador da violência. Verificou-se o predomínio marcante dos papéis iatrogênico e ambivalente, tanto para professoras de escola pública como de particular.

Palavras-chave: violência; mídia; professores; escola

URBAN VIOLENCE AND THE ROLE OF MEDIA IN THE CONCEPTION OF ELEMENTARY SCHOOL TEACHERS

Abstract: Communication promoted by the media, which has deep penetration in society's daily life, is extremely relevant in the construction of a person's conscience. Media's influence on school violence is stated through scenes of violence, ads that promote consumerism and programs that grant high-class social and economical standards. This paper aimed to identify the teachers' concept on the role of media regarding violence and, concerning the concept, compare teachers from private and public schools. They were submitted to a semi-structured interview focusing on violence, and their answers were then analyzed, where they presented categories to each different role that these teachers thought the media might play: informative, informative-preventive, iatrogenic, ambivalent and dealing with violence in a trivial way. There was a predominance of the iatrogenic and ambivalent roles, according to the point of view of both private and public school teachers.

Key-words: violence; media; teachers; school

Com base na abordagem sócio-histórica, concebe-se a linguagem não apenas como um meio de comunicação entre os homens, mas também como uma forma da consciência e do pensamento humano. De acordo com Vygotsky (1989), a consciência é sempre significativa e subjetiva em suas características. Coerentemente com essas formulações, Leontiev (1978) coloca a existência da linguagem

como uma condição essencial para o surgimento da consciência. Também para Bakhtin (1988), a palavra exerce o papel de instrumento da consciência e, portanto, deve ser analisada como signo social, como material semiótico da consciência. Neste cenário teórico, coloca-se a comunicação promovida pela imprensa, de grande penetração no cotidiano social e de maneira mais acentuada nos grandes urbanos maiores, como uma contribuição efetiva na ampliação dos horizontes do mundo social e como uma forma de crescente relevância na construção da consci-

¹ Artigo recebido para publicação em 10/04/03; aceito em 05/06/03.

² Endereço para correspondência: Rua Rodrigo Argolo, 163, Apto. 302, Rio Vermelho, Salvador, BA, Cep 41940-220, E-mail ristum@ufba.br

ência dos indivíduos que constituem seu público.

Torna-se, assim, de grande importância a maneira como a imprensa lida com a violência, tanto através da programação diária e das propagandas, quanto, e especialmente, através da veiculação de notícias sobre violências. Lucinda, Nascimento e Candau (1999) afirmam que a influência da mídia na violência que ocorre nas escolas é exercida por meio de cenas e, também, pelas propagandas que promovem o consumismo e programas que valorizam padrões de vida de nível sócio-econômico elevado.

No Brasil, os meios de comunicação assumem, de acordo com Cruz Neto e Moreira (1999), o papel de formadores de consciência, já que a escola é fraca e as crianças passam grande parte de seu tempo à frente da televisão. Os programas e os noticiários da TV fazem apologia do dinheiro e da violência, elevam criminosos à categoria de heróis e apresentam modelos de violência, especialmente em filmes e novelas.

É também ressaltando a importância da televisão na educação das crianças que Beland (1996) afirma que, com o distanciamento crescente entre pais e filhos, a televisão passa a ocupar o papel de principal fonte de entretenimento e de valores para as crianças.

Além disso, a programação e os noticiários veiculados pela mídia são considerados importantes fatores que contribuem para a banalização da violência. Servidas em pequenas doses diárias, as cenas de violência não conseguem mais criar impacto sobre o público, especialmente quando se referem a vítimas pertencentes às camadas mais pobres da população (Mello, 1999).

A mídia planeja sua programação direcionada pelos seus interesses, em sua maioria voltados para o aumento de audiência que, por sua vez, se reverte em lucros. Os meios de comunicação imprimem nas notícias e, antes disso, na própria seleção que delas é feita, suas concepções e interpretações dos fatos, apesar de muitos órgãos da imprensa propalarem sua neutralidade e conseqüente imparcialidade político-ideológica, que se sabe impossível em qualquer atividade social humana. A mídia, ao informar de forma parcial, atua na construção de uma mentalidade que discrimina e exclui a parcela menos favorecida da população, pois esta parcialidade, ao lado do grande poder de penetração em todas as camadas da po-

pulação, acaba por forjar ou ampliar, no seu público, conceitos, preconceitos, estigmas, estereótipos.

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla sobre o conceito de violência de professores e sua relação com práticas acadêmicas e sociais na escola (Ristum, 2001). Nele focalizou-se o segmento social dos professores de ensino fundamental, por considerar a importância dos conceitos deles sobre a imprensa, referente à influência que exercem sobre a própria formação conceitual de seus alunos.

Objetivos

- Identificar o conceito que professoras de ensino fundamental têm a respeito do papel da mídia em relação à violência;
- Comparar professoras de escolas públicas e particulares quanto a este *conceito*.

Método

As escolas

Quatro escolas de primeiro grau, duas públicas e duas particulares, foram selecionadas em função de terem portes semelhantes e de estarem localizadas em um mesmo bairro da cidade. As quatro escolas tinham o primeiro segmento do ensino fundamental de pequeno porte (entre 10 e 20 classes de pré-escola a 4ª. série, divididas em dois turnos). O bairro em que se situam apresenta duas realidades bem diferenciadas: uma constituída de residências de classe média, e a outra de favelas, localizadas em invasões, geralmente nas encostas dos morros, cujos moradores são atendidos, respectivamente, pelas escolas particulares e públicas.

Os procedimentos

Nas quatro escolas selecionadas, foram realizados os mesmos procedimentos, na seguinte seqüência:

1. Reunião na escola: Em cada escola, realizou-se uma reunião com todas as professoras (eram todas do sexo feminino), com a presença, também, da direção e da coordenação pedagógica. Nesta reunião, foram

expostos os objetivos, os procedimentos e a relevância do trabalho. Finalizada a exposição, e após o esclarecimento de algumas questões formuladas pelas professoras, solicitou-se que elas se pronunciassem a respeito de sua adesão à participação no trabalho.

2. Entrevista Inicial: Como a aceitação foi total, as professoras do primeiro segmento do primeiro grau, em número de 47, foram submetidas a uma rápida entrevista para a coleta de dados pessoais e profissionais, os quais eram registrados manualmente. Esta entrevista também favoreceu maior aproximação entre pesquisadora e entrevistada e possibilitou que algumas questões, referentes ao encaminhamento do trabalho, fossem mais esclarecidas.

3. Entrevista Semi-Estruturada: Posteriormente, foi feita uma entrevista semi-estruturada, seguindo um roteiro de 22 questões que abordavam vários aspectos da violência. Era realizada individualmente, na própria escola, em dia e horário previamente combinados com a professora, e gravada em fita cassete¹.

Tabela 1: Porcentagem de professoras de escola pública (N=29) e de professoras de escola particular (N=18) que atribuíram, à imprensa, cada um dos cinco papéis.

PAPEL DA IMPRENSA	PROFESSORAS DE ESCOLA PÚBLICA (%)	PROFESSORAS DE ESCOLA PARTICULAR (%)	TOTAL (% Média)
Informativo	6,9	0,0	3,5
Informativo-Preventivo	20,7	11,1	15,9
Iatrogênico	48,3	33,3	40,8
Ambivalente	20,7	50,0	35,4
Banalizador	3,4	5,6	4,5

No primeiro - **papel informativo** - estão incluídas as respostas que indicam a visão de uma imprensa puramente informativa, cuja função é a de divulgar acontecimentos à sociedade. Esta maneira de ver a imprensa foi mostrada por apenas 6,9% das professoras de escola pública e por nenhuma professora de escola particular, um resultado demonstrativo de que só uma pequena minoria sustenta uma visão de neutralidade da imprensa, ao transmitir os fatos

¹ No presente trabalho, foram utilizados apenas os dados da entrevista referentes às questões sobre o papel da imprensa no quadro geral da violência.

As professoras

O grupo de professoras das escolas públicas era constituído de 29 e o das escolas particulares de 18 professoras. A diferença numérica entre os dois grupos deveu-se a um processo de redução das classes de ensino fundamental em uma das escolas particulares, quando já se havia iniciado a coleta de dados. Os dados da entrevista inicial permitiram uma comparação dos dois grupos com relação a sexo, idade, tempo de magistério, curso de formação, nível sócio-econômico e bairro de residência, mostrando que os dois grupos eram bastante semelhantes.

Resultados e Discussão

Foram analisadas as respostas das professoras à indagação, feita na entrevista semi-estruturada, a respeito do papel que a imprensa tem desempenhado no cenário da violência. Foram identificadas, nessas respostas, cinco categorias principais, referentes ao papel da mídia. Essas categorias estão relacionadas na Tabela 1, acompanhadas dos dados percentuais dos dois grupos de professoras que as apontaram em suas respostas.

tal e qual acontecem, com isenção de opinião e de propostas referentes aos fatos noticiados.

Uma professora de escola pública fez considerações sobre a imprensa que mostram sua visão de um papel meramente informativo:

“Eu acho que os meios de comunicação, eles transmitem, mas não tem aquela coisa... o transmitir e até o querer ajudar. Eu não sei se essa é somente a minha visão, tá? Porque eu vejo muito assim, muita coisa... se você liga nesses programas, aí é um caso atrás do ou-

tro, mostrando... 'Ah, é um caso de violência tal e tal', e no bairro onde aconteceu, ninguém quer dar informação nenhuma, né? Então, quer dizer, a televisão só faz mostrar. Eu acho que é bem por aí, né? A gente não vê nenhum programa, nenhum projeto, né? Para evitar, para acabar, para melhorar. Aí a gente se apavora, porque enquanto você vê, você vê, você vê, e você não vê um resultado, um programa, uma coisa assim mais efetiva, não é? (...) Então, eu acho que os meios de comunicação só fazem mesmo transmitir, né?" (Professora A7).

Outra professora (de escola particular) disse que

"...a gente não vê mais uma questão positiva, uma coisa boa. Inclusive pra relacionar esse tipo de problema, que é a violência, entendeu? É só um veículo de comunicação, só vai, vai, bombardeia, mostra, mostra e não mostra uma solução, né? Nunca faz um paralelo entre a violência e o que poderia ser solucionado em relação a isso" (Professora C12).

No **papel informativo preventivo** estão classificadas as respostas que, aliado à função informativa, apontaram para o papel educativo de instruir o público sobre como evitar a violência e, em casos de sua inevitabilidade, como agir para evitar sua continuidade ou que a situação se encaminhe para violências de maior intensidade. Portanto, esse rótulo abriga duas funções complementares da imprensa. Esta é, sem dúvida, a visão mais otimista, já que atribui a ela uma função de grande relevância social, desempenhando um papel importante no combate à violência. Aqui também as porcentagens maiores são referentes às professoras de escola pública (20,7%), enquanto que as de escola particular representam 11,1% das respostas nesta categoria. Esse papel foi descrito por uma professora de escola pública da seguinte forma:

" O noticiário traz a realidade, o cotidiano relativo à violência. E traz, também, várias reportagens interessantes de combater a violência, de como fazer pra viver bem, não brigando. Assim como eles divulgam também

assuntos relacionados à violência, eles também trazem reportagens, né, o que causa, textos de como a pessoa evitar a violência, como isso ocorre dentro da sociedade. Então, basta a pessoa tentar, buscar um pouco mais o jornal, ler e buscar mais no seu eu" (Professora B8).

A mídia tem uma enorme capacidade de ampliar o mundo social das pessoas, já que, sem ela, o alcance que se tem dos acontecimentos é bastante reduzido. Chega a ser difícil imaginar a vida sem as informações que, a todo momento, são veiculadas, não só através de noticiários, mas também da programação diária dos órgãos de imprensa. A respeito desse poder, assim se expressou Mello (1999):

"Se a vida na cidade não é apreensível com facilidade, os meios de comunicação de massa são os nossos olhos e ouvidos, permitindo o contacto com o mundo dos acontecimentos" (p. 137).

Mas, ao aspecto positivo da ampliação do mundo social das pessoas, contrapõem-se influências da mídia apontadas como prejudiciais à formação de crianças e adolescentes, especialmente no que se refere à construção da violência.

De acordo com Lucinda, Nascimento e Candau (1999) a influência da mídia na violência nas escolas acontece primeiro através de cenas de violência e segundo, por meio de propagandas que promovem o consumismo e programas que valorizam os padrões de vida das classes de nível sócio-econômico elevado.

No presente trabalho, esse dois tipos de influência a que se referem as autoras estão caracterizados nas respostas das professoras que indicaram, para a imprensa, um **papel iatrogênico**. Sustentando esse rótulo, estão as verbalizações que mostram o julgamento de que tanto a programação quanto os noticiários da imprensa, mais acentuadamente da televisão, fornecem modelos de violência e ensinam as crianças a agir violentamente, na medida que alardeiam e detalham os crimes e colocam em destaque os criminosos, mostrando-os, muitas vezes, como indivíduos criativos, ousados e corajosos e, alguns,

como sócio-economicamente bem sucedidos. A fala de uma professora de escola pública é bastante ilustrativa:

“..Um bandido, por exemplo, pratica uma violência e ele se transforma até num... O caso do maníaco do parque, né? Ele praticou tanta coisa e depois apareceu na televisão, foi capa de revista, como se fosse até um..., se transforma numa pessoa conhecida... até numa pessoa admirada por uma grande maioria. Tá na capa de revista, vai ser tema de filme, vai ganhar até dinheiro. Eu me lembro da época de Leonardo Pareja, que ele estava assim como..., como se fosse até um ídolo, que ia ganhar muito dinheiro, porque ia ser tema de um livro, de um filme. Quer dizer, ele pratica uma violência, faz coisas absurdas e depois... se transforma num ser assim tão importante, tão admirado por tanta gente. Então, eu acho que a televisão, os meios de comunicação, eles pecam nesse sentido, de colocar a pessoa numa condição que passa até a ser admirada” (Professora A13).

Acrescente-se a isso o incentivo ao consumismo e a valorização de padrões adotados por classes privilegiadas para se ter os ingredientes adequados ao exercício dessa influência, especialmente no que diz respeito a crianças e jovens pobres. Ao construir neles tais necessidades, constrói-se também, mesmo que indiretamente, a possibilidade de praticarem a ilegalidade e a violência como formas de conseguir o que lhes proporciona o seu atendimento. Como afirma Zaluar (1990),

“a saída criminosa é a entrada possível para a sociedade de consumo já instalada no país” (p. 65).

O **papel iatrogênico** foi indicado pela maioria das professoras (40,8%), sendo 48,3% de escola pública e 33,3% da particular. Esses dados são coerentes com os referentes ao trabalho sobre as causas da violência (Ristum, 2001), a partir do conceito de professoras do ensino fundamental. A grande maioria delas apontou os modelos de violência forneci-

dos em casa, na rua ou na TV e imprensa em geral como importantes fatores de produção da violência.

A expressão de uma professora de escola pública, na entrevista semi-estruturada, classificada no **papel iatrogênico**, critica a forma como certos programas televisivos abordam notícias sobre violência:

“...esse programa do Ratinho, do Leão Livre, eu não gosto. Eu não gosto da maneira como eles colocam esses noticiários, porque eu acredito que até a maneira como eles estão colocando, isso vai gerar mais violência. Já pensou, aquilo passando na televisão? As pessoas que gostam de violência, vão praticar muito mais. Eu não gosto da maneira como eles... esse Ratinho mesmo, um assassinato de uma moça que foi sendo arrastada pelo carro... deprimente, né? Aquilo é triste, muito triste. Tem outras notícias. Porque falar o que houve é uma coisa e mostrar assim, detalhadamente... porque um adulto pode até entender, mas a maioria não entende, principalmente criança e adolescente. Crianças e adolescentes vêem uma notícia hoje e amanhã eles estão querendo fazer a mesma coisa que eles presenciam” (Professora A5).

A fala de uma professora de escola particular também caracteriza bem este papel. Disse ela que a imprensa

“...influencia muito, aumenta muito a violência. Atualmente mesmo a Globo, novela... eu não aceito. Porque eu acho que tá muito violento, tá virando muito pro sexo. Eu tenho um filho de quatro anos e espero que ele nunca fique tão agressivo. Eu acho que influencia bastante mesmo. E coisas que já passaram, como aquela coisa daqueles policiais que torturavam as pessoas, tornam a passar, voltam a passar. Agora, imagine, tem aquele Ratinho, essas coisas, eu acho que a televisão está assim em primeiro lugar para que a violência aumente” (Professora C4).

A visão das professoras sobre a grande quan-

tidade de violência veiculada pela televisão é condizente com a da maioria dos alunos pesquisados no trabalho realizado por Cardia (1997), em três escolas públicas do Rio de Janeiro. Esses alunos afirmaram que a violência presente na televisão é maior que a que presenciam no bairro ou, no máximo, igual a ela.

Vários estudos orientados pela teoria da aprendizagem social (Bandura e Iñesta, 1975) mostram que a observação da agressão em filmes ou programas televisivos estimula a emissão de comportamentos agressivos, especialmente se estes forem bem sucedidos, se os observadores forem crianças ou jovens, do sexo masculino e instigados a agredir.

Dois estudos realizados por Gomide (2000), com crianças e adolescentes de ambos os sexos, mostram que o comportamento agressivo aumentou após assistirem um filme violento, mas somente para os do sexo masculino. No entanto, quando o filme visto envolveu abuso físico, psicológico ou sexual, o comportamento agressivo aumentou significativamente para ambos os sexos.

Críticas a estudos desse tipo partem principalmente de teóricos da comunicação, que falam do descaso com que os psicólogos tratam os contextos político e social (Gomide, 2000). Caminhos de entendimento entre psicólogos e comunicólogos poderiam ser traçados se ambos estudassem a maneira pela qual as pessoas avaliam a televisão. Um bom início seria reconhecer que os indivíduos, em lugar de apresentarem reação automática aos estímulos do ambiente, reagem de acordo com sua compreensão e interpretação dos fatos, destacando, assim, uma participação ativa do homem na reprodução das estruturas sócio-culturais. (Tulloch, 1995, *apud* Gomide, 2000).

Ao delinear um quadro da complexa constelação de fatores que poderiam explicar o recrudescimento da violência no Brasil, Cruz Neto e Moreira (1999) incluem os meios de comunicação, que desempenham o papel de formadores de consciência, em um país em que a escola é fraca e as crianças passam grande parte do seu tempo assistindo televisão. Acrescentam os autores que ela faz apologia do dinheiro e da violência, e coloca assassinos na categoria de heróis. Além disso, apresenta modelos de violência em filmes e novelas e toma muito do espa-

ço que deveria ser ocupado com diálogos em família. Esta afirmação mostra que, mesmo partindo de uma análise de cunho sociológico dos meios de comunicação, os autores chegam a uma formulação semelhante à dos estudos orientados pela teoria da aprendizagem social.

O quarto papel apontado pelas professoras - **papel ambivalente** - remete à atribuição de um composto de duas funções divergentes da imprensa: por um lado, fornece informações importantes à população e, por outro, estimula e ensina a violência. Assim, têm-se, na opinião de parte significativa delas, a imprensa exercendo, ao mesmo tempo, os papéis informativo (ou informativo-preventivo) e iatrogênico. Foram 50% de professoras de escola particular que caracterizaram desta forma o papel da imprensa e uma porcentagem bem menor das de escola pública (20,7%), totalizando uma porcentagem média de 35,4%. As respostas de duas professoras, uma de escola pública e outra de particular, ilustram bem a referida ambivalência na atuação dos meios de comunicação.

“Eu acho que até fazem, mas, no caso, a programação paralela. Você vê, existem campanhas contra a violência, contra drogas, contra o fumo, contra tudo isso, tem até aquele disque seqüestro, que tá sempre passando a propaganda. Mas, por outro lado, você tem os filmes que são excessivamente violentos, você tem cenas que eu, particularmente, não acho que deveriam aparecer na televisão (relata, com detalhes, uma cena que viu no programa do Ratinho)...que influenciam mal” (Professora C2).

“...aquele jornal da Record, de Bóris Casó, ou o Jornal Nacional, esse tipo de jornal eu gosto. Agora, aquele jornal que sai pela rua caçando a violência, eu acho um absurdo... acho que não é esse o papel da televisão. O jornalismo, para mim, é uma coisa limpa, sadia, entendeu? (...) Esse tipo de televisão que sai em busca de notícias violentas, ...para mim eu acho que está até estimulando a ser feito cada vez pior” (Professora D2).

O último aspecto levantado refere-se ao desempenho da imprensa no sentido de contribuir para a promoção da banalização da violência.

Falando da enorme quantidade de assassinatos de jovens entre 10 e 24 anos como “uma matança”, Mello (1999) diz que as notícias a respeito dessas violências, servidas em pequenas doses diárias pelos meios de comunicação, não são mais capazes de criar impacto sobre o seu público, especialmente quando se referem a vítimas pertencentes às camadas mais pobres da população.

O **papel banalizador** da violência foi apontado por poucas professoras, tanto de escola pública, quanto particular, o que mostra que a grande maioria não se dá conta, talvez em função de o processo ser bastante gradativo, de que a quantidade de notícias sobre violência que a mídia veicula diariamente não surpreende mais a população na qual elas se incluem, e diminui, cada vez mais, sua sensibilidade às conseqüências por ela produzidas. No entanto, a fala de uma professora de escola pública indica uma clara consciência do papel banalizador da imprensa, especialmente da televisão.

“Eu acho que os jornais, os noticiários de televisão exploram demais essa questão e até o papel da violência na escola. Eu acho que isso é um pouco... um pouco discutível talvez. Um pouco daquela coisa de achar assim: ‘ah, é natural’, sabe? A forma como é transmitida. Eu tenho até pensado nisso, nessa coisa da violência nas escolas, na violência de aluno contra aluno, dos estudantes com relação ao professor... Então, vai jogando aquilo, e aquilo vai passando a ser uma coisa da nossa rotina, vai ficando natural, vai ficando normal. Eu acho que isso deve preocupar um pouco, devia amenizar um pouco, ou até depois mostrar o outro lado da coisa. Mas não, joga lá a notícia, todo dia e toda hora. Isso vai ficando uma coisa banal, quando na verdade não é.” (Professora A1).

Da comparação feita entre os dois grupos de professoras, com base nos papéis que a imprensa assume, depreende-se que, para as de escola particular, o papel mais indicado foi o ambivalente, enquanto

que, para da pública foi o iatrogênico. Entretanto, esta diferença é amenizada quando se considera que o papel iatrogênico está contido no ambivalente. Também, as professoras de escola pública assinalaram mais o papel informativo-preventivo. Contudo, os dois grupos concentraram suas respostas nos papéis iatrogênico e ambivalente. Deve-se considerar, ainda, que as professoras de escola pública, ao indicarem mais que as da particular tanto o papel iatrogênico quanto o informativo-preventivo, apresentaram diferenças intra-grupo semelhantes às verificadas inter-grupos. Isto sugere que a diversidade entre os grupos não deve ser atribuída às escolas a que eles pertencem, já que não houve regularidades que pudessem caracterizar perfis diferenciados. Sugere, também, a inexistência de perfis diferenciados entre os dois grupos de professoras quanto aos aspectos identificados na entrevista inicial: sexo, idade, tempo de magistério, curso de formação, nível sócio-econômico e bairro de residência.

Considerações Finais

A mídia informa sobre os acontecimentos, mas esses são filtrados pelos seus interesses; os meios de comunicação imprimem, nas notícias e, antes disso, na própria seleção que delas é feita, suas concepções e interpretações dos fatos, apesar de muitos órgãos da imprensa propalarem sua neutralidade e conseqüente imparcialidade político-ideológica, que se sabe impossível em qualquer atividade social humana. A mídia, ao informar de modo parcial, atua na construção de uma mentalidade que discrimina e exclui a parcela menos favorecida da população, pois esta parcialidade, ao lado do seu grande poder de penetração em todas as camadas sociais, acaba por forjar ou ampliar, no seu público, conceitos, preconceitos, estigmas, estereótipos.

Referindo-se a esse tipo de ação da imprensa como uma campanha de culpabilização coletiva dos pobres pela violência, Mello (1999) critica a substituição das pessoas por rótulos como carentes, favelados, ladrões, menores, infratores, delinquentes, criminosos etc. Paralelo a essa crítica, coloca que o papel da mídia seria o de esclarecer as raízes sociais, culturais, políticas e econômicas que permeiam a violência nas relações sociais.

Não se pode deixar de adicionar, a essas considerações de Mello, a discriminação social que se evidencia no destaque que é dado às notícias de violência que envolvem vítimas de classe média e alta, ao passo que as pobres só aparecem como números que fazem parte das estatísticas. A exclusão social que sofreram durante sua vida mantém-se mesmo em ocasiões trágicas e até fatais.

A desigualdade que se estabelece entre o comunicador e o receptor dos meios de comunicação de massa é agravada pelo desenvolvimento tecnológico que aumenta, cada vez mais, o poder desses meios de atuar como estímulo para o pensamento reflexivo e a ação inteligente ou para, ao contrário, inibir tais características. Assim, a mídia é vista (Gullo, 1998) como um meio de dominação em que os dominantes controlam a produção da informação de forma empresarial e os dominados consomem o produto.

Em um artigo no qual compara a violência urbana na França e no Brasil, Macé (1999) diz que causa espanto, na televisão brasileira, a importância dos programas diários dedicados à violência urbana, nos quais os policiais são acompanhados em suas intervenções, na sua maioria nos bairros populares, e são apresentadas muitas armas, policiais eficazes, malfeitores despeitados e testemunhas chocadas, numa clara representação binária do bem e do mal. Junto a isso, coloca-se em cena

“...a idéia de que a televisão tem condições de dar conta da realidade enquanto ela se constrói, mais do que qualquer outro discurso institucional ou político” (p. 186).

A hegemonia desse tipo de programa dá a dimensão de uma dupla falta, diz Macé: uma que se refere à ausência de responsabilidade política quanto ao significado social da violência e a outra, ao investimento intelectual em uma programação que se verifica acentuadamente populista.

No Brasil, há poucas discussões e pesquisas a respeito da influência que os programas de conteúdo violento, veiculados pela mídia, exercem sobre os espectadores. A mídia brasileira exhibe, preponderantemente, uma violência banalizada, corriqueira e trivial, e também ações policiais praticadas de forma

violenta, muitas vezes, ilegal ou ilegítima (Rondelli, 1998). Tais imagens refletem conflitos sociais que eclodem de uma brutal desigualdade estrutural em que os excluídos são tanto os maiores praticantes, quanto as maiores vítimas da violência. Além dos próprios jornalistas, outros atores sociais são convocados a se pronunciarem sobre os fatos a que correspondem as imagens e, assim, produzem sentidos sociais sobre a violência que, dessa forma, surge *“como linguagem, como ato de comunicação”* (Rondelli, 1998, p. 147). Os meios de comunicação agem, então, como construtores de representações sociais sobre a violência e sobre os que a coíbem ou praticam-na.

Ao considerar que a forma pela qual a mídia trata a violência constitui parte de sua própria realidade; Rondelli (1998) afirma que

“A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato. Deste real ela nos devolve, sobretudo, imagens ou discursos que informam e conformam este mesmo real. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência” (p. 149).

Com base nesta afirmação, pode-se destacar o poder da mídia de levar seus receptores à produção de sentidos sobre a violência, assumindo-se uma posição que vem ao encontro das formulações da teoria sócio-histórica sobre o papel da linguagem na formação da consciência. A colocação de Leontiev (1978), reproduzida a seguir, expressa bem essa idéia.

“...a linguagem não desempenha apenas o papel de meio de comunicação entre os homens, ela é também um meio, uma forma da consciência e do pensamento humanos. Torna-se a forma e o suporte da generalização consciente da realidade. ...as significações

verbais são abstraídas do objeto real e só podem, portanto, existir como fato de consciência, isto é, como pensamento” (p. 87).

A consciência, nesta perspectiva, é sempre dotada de características significativas e subjetivas em suas características (Vygotsky, Luria & Leontiev, 1988). O pensamento do homem reproduz uma realidade conceitualizada, tornando possível a comunicação entre os homens, em suas mais elevadas formas, de modo a constituir um estágio avançado de desenvolvimento do significado da palavra (Vygotsky, 1989).

Referências Bibliográficas

- Bakhtin, M. (1988). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC. 4ª edição.
- Bandura, A. & Iñesta, E.R. (1975). *Modificación de Conducta: analisis de la agresion y la delincuencia*. México: Trillas.
- Beland, K.R. (1996). A Schoolwide Approach to Violence Prevention. Em R.L. Hampton, P. Jenkins e T.P. Gullotta (Orgs.), *Preventing Violence in America*. Califórnia: SAGE.
- Cardia, N. (1997). A Violência Urbana e a Escola. *Contemporaneidade e Educação*, II (2), 26-69.
- Cruz Neto, O. & Moreira, M.R. (1999). A Concretização de Políticas Públicas em Direção à Prevenção da Violência Estrutural. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1), 33-52.
- Gomide, P.I.C. (2000). A Influência de Filmes Violentos em Comportamento Agressivos de Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 127-141.
- Gullo, A. de A. e S. (1998). Violência Urbana – Um Problema Social. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 10(1), 105-119.
- Leontiev, A.N. (1978). *Actividad, Conciencia y Personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre.
- Lucinda, M. da C; Nascimento, M. das G. & Candau, V.M. (1999). *Escola e Violência*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Macé, E. (1999). As Formas de Violência Urbana – Uma Comparação Entre França e Brasil. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 11(1): 177-188.
- Mello, S.L. (1999). A Violência Urbana e a Exclusão dos Jovens. Em B. Sawaia (Org.) *As Artimanhas da Exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Ristum, M. (2001). *O Conceito de Violência de Professores de Ensino Fundamental*. Tese de Doutorado. FAGED, Universidade Federal da Bahia.
- Rondelli, E. (1998). Imagens da Violência – Práticas Discursivas. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 10(2): 145-157.
- Vygotsky, L.S. (1989). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. 2ª Edição.
- Vygotsky, L.S. Luria, A.R. & Leontiev, A.N. (1988). *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. (M.a da Penha Villalobos Trad.. São Paulo: Ícone.
- Zaluar, A. (1990). Teleguiados e Chefes: Juventude e Crime. *Religião e Sociedade*, 15, 54-67.

Obs: Este trabalho é parte da tese de doutorado da primeira autora, FAGED, UFBA, 2001.